

Coluna do Castello

Sarney só vê dificuldades

Brasília — O Senador José Sarney está deparando-se com uma realidade sombria nas suas viagens de avaliação da situação do PDS. Nos Estados pelos quais já passou, não encontrou paz nem esperança. O Acre está dividido, Mato Grosso oferece perspectivas para a eleição do Embaixador Roberto Campos para o Senado mas a luta local tem desfecho imprevisível, Goiás é inalcançável para o PDS e a Paraíba está com o Governo e o Partido desassistidos pelo Governo federal e trabalhados por dissensões internas.

É possível que ele esteja começando pelos casos mais difíceis, embora não seja previsível que vá ele encontrar no Pará, se deixarem seu avião pousar em Belém, no Amazonas, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul situação melhor para o Partido, cuja direção foi a coisa que lhe coube nesse latifúndio. Seu consolo, se consolo pode haver, é que, um pouco por toda parte inclusive no Rio Grande, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e na Paraíba a Oposição não consegue fixar denominadores comuns para a sua luta, o que atenua as agruras do Partido do Governo.

Os diversos quadros locais visualizados pelo presidente do PDS retratam não apenas dificuldades rotineiras dos Partidos políticos mas sobretudo a incidência no processo da disputa de candidatos a governador nos diversos Estados. Esse drama não é somente do PDS mas de todos e até que as coisas se assentem e as coligações se firmem, o cenário será impreciso e precárias as maiorias. Logo não haverá ambiente, antes das definições, para anteciper a reforma constitucional nos termos propostos pelo Senador. O PDS não sabe com quem conta ou com quem contará ao longo deste ano, quando as forças se reagruparão em função de um fato novo, que é a eleição direta de governadores.

O Ministro da Justiça já havia previsto essa dinamização do quadro político em função da convocação do pleito popular e o presidente do PDS está verificando in loco as dificuldades geradas por essa dinamização. É possível que os descontentamentos, ainda pendentes das soluções que se tomarão mais adiante, se reflitam já na eleição de presidente da Câmara dos Deputados, beneficiando o Sr Djalma Maranhão. Se tal acontecer o Governo não terá alternativa senão a negociação para aprovar normas eleitorais compatíveis com o compromisso presidencial de democratização.

O Sr José Sarney oferecerá dentro de um mês ao Presidente da República um diagnóstico para orientação oficial nos diversos Estados quanto ao problema eleitoral e à disputa do Poder local. Deve-se presumir que, à semelhança de oportunidades anteriores, como no desempenho das missões Rondon Pacheco e Francelino Pereira, o Palácio do Planalto, por seu órgão de assessoramento em matéria de informações, já tenha organizado um quadro bastante nítido de tendências. As averiguações do SNI costumam ser levadas em conta, por sua precisão, sobre os relatórios de natureza política, que refletem realidades que o Governo poderá modificar na base do levantamento específico das causas que originam os problemas.

Essa realidade de poder não tem impedido, todavia, que o elemento político seja utilizado e valorizado pelo Governo federal para efeito de colaboração na tomada de decisões. Embora os candidatos a governador sejam escolhidos em convenção, não serão muitos os Estados em que se reproduzirá o episódio Maluf, entre outros motivos por estar o sistema advertido desse tipo de sortida rebelde. Os líderes parlamentares, por exemplo, estão informando o Governo sobre as tendências da Câmara na disputa Marchezan-Djalma Maranhão, mas é provável que o serviço de informações disponha de dados mais corretos. De qualquer forma, ao encerrar-se a votação, o Presidente estará informado da origem de cada voto, a favor de um candidato ou de outro. O sistema tem funcionado sem falhas, e funcionará na indicação de candidatos a governador. O regime ainda é tutelar.